

LÍNGUA PORTUGUESA E MÍDIA: REFLEXÕES SOBRE A NORMA E USOS

Osmando Jesus BRASILEIRO¹

Recebido: 27/03/2025

Aprovado: 15/05/2025

Resumo

O uso de uma determinada língua por um povo requer uma constante atualização no seu padrão de escrita e fala, haja vista que ela é um organismo vivo do tecido social. Diante disso, o presente trabalho visa tecer reflexões sobre o uso da língua portuguesa padrão por veículos de comunicação de grande circulação e também por órgãos públicos, empresas e/ou entidades que divulgam, veiculam e/ou mesmo a utilizam para exercer suas funções sociais e comerciais, percebendo tais usos na sua transformação por meio da forma de falar dos seus usuários. Os pressupostos teóricos são aquelas regras gramaticais condizentes com a língua padrão portuguesa, como preconizam autores tais quais Evanildo Bechara (2004), Carlos E. Faraco e Francisco M. Moura (1996), dentre outros. Os resultados encontrados foram: os usos da língua em textos escritos por empresas e veículos de relevância social e/ou comercial, em que não há a obediência às normas gramaticais, interferem na forma como o usuário passa a utilizar essa língua, causando problemas de falta de conhecimento de suas normas e regras, os quais causam impactos negativos em resultados de avaliações oficiais e/ou não-oficiais.

Palavras-chave: Língua portuguesa padrão; usos da língua; Impactos no leitor. Texto escrito.

PORTUGUESE LANGUAGE AND MEDIA: REFLECTIONS ON THE STANDARD AND USES

Abstract

The use of a particular language by a people requires constant updating of its writing and speaking standards, given that it is a living organism of the social fabric. In light of this, the present work aims to weave reflections on the use of standard Portuguese by widely circulated media outlets and also by public bodies, companies, and/or entities that disseminate, broadcast, and/or even use it to perform their social and commercial functions, perceiving such uses in their transformation through the way their users speak. The theoretical assumptions are those grammatical rules consistent with standard Portuguese, as advocated by authors such as Evanildo Bechara (2004), Carlos E. Faraco, and Francisco M. Moura (1996), among others. The results found were: the use of language in texts written by companies and vehicles of social and/or commercial relevance, where there is no adherence to grammatical norms, interferes with the way the user begins to use this language, causing problems due to a lack of knowledge of its norms and rules, which have negative impacts on the results of official and/or unofficial evaluations.

Keywords: Standard Portuguese language; Grammatical rules; Impacts on the reader. Written text.

1 Introdução: contextualizando a língua e sua importância

¹ Possui Graduação (UNEB), Especialização (FAAT), Mestrado (UniRitter) e Doutorado (UniRitter) em Letras, professor da Secretaria de Estado da Educação do Governo do Estado do Amapá – SEED-GEA, professor substituto de Língua Portuguesa da Universidade Federal do Amapá – UNIFAP. E-mail. osmando.brasileiro2016@gmail.com
BRASILEIRO, Osmando Jesus. Língua Portuguesa e Mídia: reflexões sobre a norma e usos. In: Revista **Falas Breves**, no.14, Breves-PA, junho de 2025. ISSN 23581069

A escrita possui, dentre suas várias funções, o papel de manter relações de comunicação entre as pessoas falantes de uma determinada língua. Nesse sentido, é importante definir Língua como o conjunto de palavras e suas regras que um determinado povo usa para se comunicar, segundo o Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Políticas Linguísticas – IPOL, cujos dados de 2020, a Língua Portuguesa é a nona língua mais falada no mundo², com 234.168.620 falantes. Toda e qualquer língua escrita possui suas normas, mesmo entendendo que a linguística variacionista considera as variações dos falantes tanto sincrônica quanto diacronicamente, a obediência às normas da língua em um texto escrito é fundamental para que a mensagem a ser transmitida seja aquela em que o autor escreve em seu enunciado, de fato, a sua intenção comunicativa precisa estar registrada no texto escrito.

O domínio das regras dessa língua é fundamental para a expressão escrita, contudo, quando se pensa em literatura, para os críticos literários, quando o texto literário é publicado sai do domínio do seu autor e passa a pertencer ao leitor, conforme a teoria da morte do autor, de Roland Barthes (1988)³, o leitor pode exercer sua liberdade de interpretar o texto literário, ficando também o autor beneficiando pela licença poética para mudar expressões e criar sentidos para o texto literário. Mas, e no mundo da comunicação cotidiana da sociedade? Como ficam o cuidado com as normas e as suas formas de escrita em comunicações de cunho público, sejam elas o âmbito da esfera governamental ou privada? Esses são os questionamentos do presente trabalho de investigação, com objetivo de identificar falhas em registros de domínio público, tanto da esfera pública quanto privada, para posterior análise.

Para tal, nosso *corpus* de pesquisa levou em consideração placas de sinalizações públicas, textos veiculados em reportagens jornalísticas e noticiosas, anúncios comerciais e *outdoor* de empresas privadas. Planejamos então, fazer análise de, no mínimo, dois anúncios de cada segmento, podendo ser mais que o previsto, a depender do escopo de coleta. A coleta de dados se deu por meio de registro fotográfico feito pelo autor.

A motivação da presente investigação se deu a partir do momento em que o autor, ao lecionar aulas de língua portuguesa e interagir com seus alunos, percebeu interferências de tais informações

² Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/tesouro-linguistico/2020/03/30/quais-sao-as-linguas-mais-faladas-no-mundo/>. Acesso em 5, fev. 2025.

³ Segundo essa teoria, a vida e as intenções do autor não interferem mais sobre a interpretação do texto, deixando o leitor com uma certa liberdade para interpretar o texto a partir de elementos extraídos do próprio texto e dos significados nele impressos.

BRASILEIRO, Osmando Jesus. Língua Portuguesa e Mídia: reflexões sobre a norma e usos. In: Revista **Falas Breves**, no.14, Breves-PA, junho de 2025. ISSN 23581069

de domínio público na fala deles, além de, no cotidiano, sempre está lidando com as questões da linguagem em sala de aula, ensinando e aprendendo com os alunos, embora que, em determinado momento, tenha recebido questionamentos de alunos dizendo que o professor ensinou uma forma de escrita e ele (o aluno) traz relatos de que leu, ouviu, falas de forma diferente daquelas ensinadas em aulas de LP, em jornais, leu numa placa informativa na rua, viu na televisão etc., o que nos levou a investigar e a perceber que há uma voz dissonante daquela preconizada pela educação formal, e os veículos de comunicação que fazem tal voz, não são informais, portanto, possuem o dever tácito de atentar para o uso da norma padrão da Língua Portuguesa, que é uma lei como qualquer outra⁴. Contudo, nosso objetivo aqui não é criticar ou julgar tais profissionais e sim demonstrar que esse uso interfere na formação e informação do público consumidor de tais conteúdos, sobre a Língua Portuguesa.

As placas de anúncio foram identificadas no Estado do Amapá, na capital Macapá e Região metropolitana, bem como publicações de informações sem a devida observação às normas da Língua Portuguesa. Dos anúncios desde o Governo Federal, até o Municipal, nota-se certo descaso com o uso da língua e suas normas, pela constante presença de equívocos em tais textos, de ordem conceitual e/ou mesmo falta de observação na grafia padrão da palavra, ocorre em textos das três esferas e não apenas, o setor privado, por meio de anúncios de produtos e serviços cometem falhas no uso desordenado da língua materna.

Diante do exposto, nosso trabalho pretende analisar alguns textos de domínio público com observância das normas da língua portuguesa e fazer uma análise de como elas aparecem nos comunicados e informações e quais as formas gramaticalmente aceitas para os casos estudados, além de explicitar normas de uso da língua em questão.

A aplicação das regras gramaticais implica num objetivo de entendimento e no cumprimento da missão da escrita que é transmitir o fato sem distorção, e o que vemos nos casos estudados é a informação sendo comprometida, como por exemplo, nos casos em que uma crase é omitida ou colocada indevidamente.

⁴ Entendemos também que, em se tratando de reportagens de rua, por exemplo, não se pode exigir o padrão formal da língua, considerando que o repórter a utiliza de forma espontânea, ou seja, não monitorada, do contrário, nos textos escritos, há maior reflexão, monitoramento, em função da modalidade, porém, o editor que está do outro lado pode fazer esse trabalho na legenda escrita da tela apresentada durante a reportagem na rua, haja vista que é um texto curto e acredita-se que são profissionais com formação em nível de graduação.

BRASILEIRO, Osmando Jesus. Língua Portuguesa e Mídia: reflexões sobre a norma e usos. In: Revista **Falas Breves**, no.14, Breves-PA, junho de 2025. ISSN 23581069

As principais ocorrências de desvios na escrita da língua materna estão relacionadas, na maioria dos casos, ao uso indevido da crase, da acentuação e da vírgula, que, muitas vezes, são empregadas desnecessariamente. Entender que as regras gramaticais recomendam que crases não podem ser colocadas em palavras masculinas, já que a crase é uma fusão do artigo feminino “a” com a preposição “a”, quando não houver essas ocorrências não ocorre a crase, no entanto, os próprios gramáticos reconhecem que é difícil identificar a preposição ou mesmo o artigo nesses casos, porém, com um estudo cuidadoso das normas gramaticais padrões vigentes, isso tudo fica mais fácil, o que falta é o conhecimento da própria língua materna, na hora de elaborar tais textos e/ou revisá-los.

Dessa forma, nosso artigo está organizado em 5 seções: **1 Introdução: contextualizando a língua e sua importância**, com uma breve contextualização da temática a ser trabalhada no artigo; **2 Pressupostos teóricos: as normas de nossa língua oficial**, formada pelo aporte teórico que servirá de âncora para a análise; **3 Corpus de pesquisa: anúncios e textos informativos públicos e privados**, descrição do material coletado para análise; **4 Análise dos dados obtidos: pensando a LP e o seu uso na sociedade**, e; **5 Considerações finais**, nas quais é feita uma retomada dos objetivos alcançados e uma breve reflexão sobre a análise realizada.

2 Pressupostos teóricos: as normas de nossa língua oficial

Durante a realização de nossa pesquisa, observamos que as maiores ocorrências com falhas no uso da Língua Portuguesa se deram de algumas formas comuns e a mais recorrente é o uso indevido, ou falta, da crase. Também se observou problemas com a grafia das palavras, os quais podem ser interpretados como falta de observação da grafia correta, acompanhada por uma falta de revisão cuidadosa do texto a ser publicado.

Dessa forma, a título de pressupostos teóricos, faremos uma revisão resumida das normas para o uso da crase, a qual contribuirá para o nosso objeto de estudo no tópico seguinte. As normas de acentuação e uso da vírgula serão mencionadas quando analisarmos ocorrências de suas falhas. Vejamos!

Segundo Evanildo Bechara (2004, p.632), em sua *Moderna gramática portuguesa*, “Crase é a fusão de dois ou mais sons iguais em um só”, para o gramático, isso ocorre com várias letras nas palavras e dá exemplos como: “Teu pensamento, como o sol que morre...” o som de “comoo sol” se

fundem e são pronunciados como um só. E assim também ocorre em: “Durante a noite quando o orvalho desce”, em “quando o orvalho” há a fusão de três sons iguais num só.

Contudo, no processo de escrita a fusão da crase envolvendo o artigo definido feminino no singular ou plural “a” ou “as”, se funde com a preposição “a” que significa “para”, essa expressão é usada quando o significado deve ser equivalente a “para a”, ou seja, é preciso que tenha a identificação do destinatário e que ele seja feminino, no singular ou plural. Para Faraco e Moura (1996, p.390) “Crase é a fusão de duas vogais idênticas. Representa-se graficamente crase pelo acento grave.”

Portanto, as principais regras do uso, de forma resumida, são:

Fusão de preposição e artigo, regra: use a crase quando a preposição “a” se encontrar com o artigo feminino “a” ou “as”. Exemplos: “Vou a + a escola = vou à escola.”

Locuções prepositivas, conjuntivas e adverbiais femininas - regida pela norma a qual diz que se emprega crase em expressões que indicam tempo, modo, causa etc., quando o termo seguinte é feminino e admite artigo, exemplos: “às vezes”, “à medida que”, “à tarde”, “à maneira de.”

Diante de nomes femininos que admitam artigo, tem a seguinte regra: se o substantivo é feminino e costuma vir acompanhado de artigo, utiliza-se crase, exemplo: “Cheguei a + a Bahia = Cheguei à Bahia.” Tem uma observação interessante a se mencionar sobre isso, é que nem todos os nomes de lugar admitem artigo. Por exemplo, “Vou a Roma” (sem crase), porém, se a cidade for qualificada de forma que a diferencie do uso costumeiro, o artigo feminino passa a ser usado, assim a crase será obrigatória, como “Vou a + a Roma do Papa = Vou à Roma do Papa”, tal observação vale para qualquer lugar que seja especificado de alguma forma a torná-lo único na referência do enunciador⁵.

Diante de pronomes demonstrativos femininos se usa crase, cuja regra é: usa-se crase antes dos pronomes demonstrativos “aquela” e “aquelas”, quando a regência assim o exigir, por exemplo: “Refiro-me a + aquela proposta = Refiro-me àquela proposta”. Aqui temos outra observação interessante: Esse uso pode variar conforme o contexto e as orientações de estilo, também se pode dizer que existe exceção para uso de crase diante de palavras masculinas que como no caso da fusão que se dá entre a preposição e a primeira letra do pronome demonstrativo “aquele”, por exemplo, na

⁵ Os exemplos citados no estudo são nossos, oriundos de adaptações do senso comum e de nossa experiência enquanto professor de LP. Excetos aqueles com citação de sua fonte.
BRASILEIRO, Osmando Jesus. Língua Portuguesa e Mídia: reflexões sobre a norma e usos. In: Revista **Falas Breves**, no.14, Breves-PA, junho de 2025. ISSN 23581069

frase “Àquele homem eu devo dinheiro”, ficando o significado da frase “para (a) aquele homem eu devo dinheiro”.

O conhecimento da norma é importante para se identificar os casos em que a preposição não fica aparente, como em: “vestido à Roberto Carlos”, que significa “vestido à moda Roberto Carlos”, ou seja, quando a palavra moda, entendendo como forma ou maneira, estiver subentendida, tem que ter crase, bem como em formas de fazer alimentos e objetos em geral “peixe à Escabeche” dentre outros casos.

Expressões formadas por palavras repetidas: a regra diz que não se usa crase, como no exemplo: “Cara a cara”, “frente a frente”. Em alguns casos a preposição pode estar oculta no termo anterior, como nos diz Aníbal Machado, *apud* Faraco e Moura (1996, p.395), em: “Que cidade é esta que tanto se assemelha à que vai surgindo no fundo de sua memória?”, o termo cidade é feminino e exige o artigo feminino “a”, o qual se une à preposição “a” do termo regido por “assemelha”, quem se assemelha, portanto, é “semelhante a”, se assemelha “a” alguma coisa.

Diante de nomes femininos no plural, a regra preconiza que quando a fusão ocorre com o artigo no plural (as), a forma correta é “às”. Por exemplo: “Dirigi-me a + as professoras = Dirigi-me às professoras” quando estiver assim, o enunciador informa que se dirigiu a todas as professoras, de forma determinada, pelo contexto saberemos quem eram professoras, contudo, se um estiver no singular e o outro no plural, não poderá colocar crase, como na frase: “Dirigi-me a professoras”, ou seja, elas eram professoras, não sabendo no contexto quem eram, e “ele não é dado a alegrias intensas”.

Uso facultativo, via de regra, em certos casos, como os termos “Maria” e “Joana”, ou seja, nomes próprios femininos, diante de pronome possessivo feminino e depois da preposição “até”, o uso da crase é opcional, dependendo do sentido e da tradição do uso. Como nos exemplos: “entregue a Maria (Joana) essa blusa” ou “entregue à Maria (Joana) essa blusa”, isso ocorre devido ao fato de ser uma tradição ou não, de cada localidade chamar a pessoa pelo nome próprio com o artigo antes, exemplo: “O Carlos não veio trabalhar hoje”, “A Maria é uma pessoa rigorosa”.

Existem também os casos em que não se usa crase, como antes de palavras masculinas, como ocorre em: “Vou a pé”; antes de verbos no infinitivo: “Começou a trabalhar”, antes de pronomes que não admitem artigo, neste caso, inclui pronomes pessoais, de tratamento, indefinidos e demonstrativos que não exigem artigo, porém, antes de pronome possessivo feminino, a crase torna-

se facultativa, regida pela mesma norma de optar por colocar ou não o artigo antes de nomes de pessoas. Sendo, dessa forma, correta a expressão “Entreguei o presente a ela”, antes de nomes de cidade ou lugar que não admitem artigo, como em: “Vou a Paris” ou “Vou a Londres”, contudo, se forem especificadas como mencionado anteriormente, o uso torna-se obrigatório “Vou à Paris Cidade Luz” e “Vou à Londres da Lady Diana”.

Apesar da maioria das ocorrências serem envolvendo o uso da crase, detectamos também outras falhas, como falta de acentuação das mais diversas formas, problemas de concordância verbal e nominal, bem como falhas que nos parecem problemas de digitação. Tais informações são conhecimentos básicos necessários à compreensão de frases, informações e textos os quais, sem a devida observância podem mudar muito o significado daquilo que está sendo passado, e que, em muitos casos, interfere no conteúdo transmitido, gerando interpretações equivocadas e tomadas de decisões errôneas. Nossa próxima seção apresentará o *corpus* selecionado para a análise.

3 *Corpus* de pesquisa: anúncios e textos informativos públicos e privados

O nosso objeto de pesquisa foi formado a partir de um *corpus* veiculado publicamente, formado por elementos encontrados em locais que deveriam ter um maior monitoramento da língua, como *outdoor* de prefeitura, do governo do Estado, de órgãos oficiais como as placas de sinalização de rodovias, estradas e do trânsito urbano. Além, também, de informações de empresas comerciais de produtos e serviços muito conhecidos pela população local.

Dessa forma, foram selecionadas 19 imagens, as quais foram fotografadas e organizadas pelo autor, de forma a se tornarem objeto de análise do presente trabalho, para que possamos refletir de forma mais aprofundada sobre as questões ora propostas, com sua descrição e a menção à falha notada durante a coleta de dados. Vejamos as fotografias comentadas a seguir:

Imagem 1: Ajuda a memória e o aprendizado das palavras



Fonte: Registro do autor, canal 6, Rede Globo, Programa “É de casa”, 6 de abr. de 2024.

Aqui na imagem 1, temos uma reportagem, veiculada em cadeia nacional pela televisão aberta brasileira, sobre a questão do processo de escrita manual e sua importância para a preservação da

memória e o aprendizado das palavras. O próprio título da reportagem já traz a questão, há discussões nesse ponto pois “Na língua portuguesa, convencionou-se usar a crase nas **locuções adverbiais** formadas por palavras femininas. É exatamente o caso de ‘**à mão**’” (CLUBE DO PORTUGUÊS, 2025, p.1), que é o uso da crase, contudo, existe uma corrente minoritária que defende o uso incorreto da crase, alegando que a mão é um “instrumento”, havendo outra corrente que defende o uso opcional, assim como em “barco a(à) vela”, “fechar a porta a(à) chave” dentre outros. Quando nossos alunos questionam, vemos a necessidade de elencar esses casos e deixar eles conscientes de todas essas informações. O que se percebe é que a própria língua possui diferentes formas de cobrar suas normas e precisamos conhecer todas elas.

Imagem 2: Mutirão de aposentadoria de Macapá



Fonte: Registro do autor, canal 6, Rede Amazônica, Programa BOM DIA AP, 22 de maio de 2024.

Na imagem 2, temos uma falha de concordância verbo-nominal, haja vista que o verbo “ter” aparece sem o acento marcador de plural, concordando com “servidores”, cuja grafia padrão seria “Servidores municipais têm até sexta-feira para fazer a solicitação”, uma vez que essa norma preconiza a forma de plural ser acentuada com acento circunflexo. É importante mencionar que a ausência do acento circunflexo não altera o sentido do verbo “ter”, apenas indica terceira pessoa do singular, evidenciando dessa forma, o erro de concordância verbo-nominal.

Além do problema gramatical supracitado, o título da matéria apresenta problema na escrita ocasionando interferência na interpretação, visto que dá a entender que é a cidade de Macapá que vai se aposentar, pois o uso da preposição “de”, denota finalidade, objetivo a ser alcançado, que, no caso, parece-nos que é a própria cidade de Macapá que irá se aposentar. Para evitar ambiguidade, a preposição adequada seria “em” em vez “de”.

Imagem 3: De volta “a” Macapá



Fonte: Registro do autor, canal 6, Rede Amazônica, Programa JAP 1, 20 de maio de 2024.

Na figura 3, no título da reportagem “De volta à Macapá”, a crase é indevida uma vez que no nome da cidade de Macapá não exige o artigo feminino “a”, ou seja, temos apenas a preposição da BRASILEIRO, Osmando Jesus. Língua Portuguesa e Mídia: reflexões sobre a norma e usos. In: Revista **Falas Breves**, no.14, Breves-PA, junho de 2025. ISSN 23581069

regência verbal, que diz que quem volta, volta para ou a algum lugar, ficando dessa forma: “De volta a Macapá”. No caso acima é importante mencionar que não há alteração de sentido com ou sem o uso da crase.

Imagem 4: Dia D de combate a LGBTFOBIA



Fonte: Registro do autor, canal 6, Rede Amazônica, Programa BOM DIA AP, 16 de maio de 2024.

Já no título desta outra reportagem temos o inverso, a ausência do uso da crase, quando, segundo a norma, deveria ter, portanto, em: “Dia D de combate a LGBTFOBIA”, temos a terminação “fobia”, que seria medo, e aqui está como substantivo feminino que exige o artigo feminino “a”, como em “A fobia dele de água era tão grande que ele mal entrava até a cintura na piscina”, portanto é base da palavra “LGBTFOBIA”, e, pela regência verbal, a preposição “a”, também rege o verbo “combater”, assim, “Dia D de combate à LGBTFOBIA” é como deveria ser grafado⁶.

Nessa mesma reportagem, identificamos outra ocorrência, no subtítulo: “Ações do Estado promovem inclusão, respeito e defende os direitos desse público”, levando em consideração que o sujeito principal da oração é “Ações do Estado” e está no plural, deveria, também, concordar com “defendem”, seguindo o mesmo princípio da forma verbal “promovem”.

Imagem 5: Ajuda ao Rio Grande do Sul



Fonte: Registro do autor, canal 6, Rede Amazônica, Programa, BOM DIA AP, 7 de maio de 2024.

No subtítulo da reportagem (imagem 5), a ocorrência também se refere à falta de uso do acento marcador de “crase”, seria “resgate às vítimas”, fundamentado pela norma citada no referencial teórico do presente trabalho. Cabe lembrar também, que do ponto de vista linguístico, a ausência da crase não compromete/interfere na comunicação, considerando o veículo audiovisual de tv. Há de se notar que a regra gramatical imposta é mera convenção social, na qual se inserem os falantes da variedade de prestígio, ou seja, os que não são sofrem estigmatização por falar x ou y.

⁶ Exemplos de nossa autoria.

BRASILEIRO, Osmando Jesus. Língua Portuguesa e Mídia: reflexões sobre a norma e usos. In: Revista **Falas Breves**, no.14, Breves-PA, junho de 2025. ISSN 23581069

Imagem 6: Norte conectado



Fonte: Registro do autor, canal 6, Rede Amazônica, Programa Z, em 3 de maio de 2024.

Na imagem 6, o problema linguístico está no uso indevido, na palavra “Macapá”, não há a obrigatoriedade de usar o artigo feminino “a”. O uso da crase se faria necessário desde que se assim estivesse “de Belém à Macapá cidade Tucuju”. Há problema, ainda, conforme está dicionarizado⁷, no léxico da palavra “óptica” que, de acordo com a imagem, é visível a ausência da vogal “i”.

Imagem 7: Policiamento escolar no Amapá



Fonte: Registro do autor, canal 6, Rede Amazônica, Programa Z, em 18 de junho de 2024.

Também temos a mesma ocorrência da imagem 5, falta de uso do acento marcador de crase, nesse caso precisa ter a crase devido ao termo “combate” ser regido pela preposição “a”, ao passo que “violência” exige o artigo feminino no singular.

Novamente, enfatizamos que, neste caso da imagem, a ausência da crase não interfere na compreensão da mensagem, considerando o gênero textual (jornal televisivo) que, aliás, contribui e direciona para um entendimento via imagem e som, de entrevistador e entrevistado acerca de um tema: policiamento escolar no amapá. Porém, ao grafar dessa forma em uma redação ou prova de concurso público, seria considerado falha de cunho gramatical, ou mesmo, o consumidor da notícia ser induzido a acreditar que a forma da escrita está corretamente por conta de ter visto em um veículo de comunicação de prestígio social.

Imagem 8: “Catramóvel” na Zona Norte



Fonte: Registro do autor, canal 6, Rede Amazônica, Programa BOM DIA AP, 14 de agosto de 2024.

⁷ Disponível em: <https://www.dicio.com.br/optica/>, acesso em: 09 de mar. 2025.

BRASILEIRO, Osmando Jesus. Língua Portuguesa e Mídia: reflexões sobre a norma e usos. In: Revista **Falas Breves**, no.14, Breves-PA, junho de 2025. ISSN 23581069

Na imagem 8, temos um caso diferente, configurado na falta do “S” na palavra “castramóvel”, que é uma unidade móvel de castração de animais em situação de rua ou mesmo um morador que solicite a castração do seu animal doméstico, serviço oferecido pelo poder público municipal. A ausência da letra, visualizada pelos telespectadores, pode induzi-los à má escrita, já que se trata de programa de jornal televisivo de uma emissora renomada.

Imagem 9: Agosto lilás



Fonte: Registro do autor, canal 6, Rede Amazônica, Programa BOM DIA AP, 16 de agosto de 2024.

Nessa ocorrência da imagem 9, temos, mais uma vez, o uso indevido da crase, diante da palavra mulher. Apesar da palavra “mulher” exigir o uso da preposição feminina “a”, a palavra “contra” é uma preposição essencial, portanto, não é regida pela preposição “a”, nesse caso, não é permitido o uso da crase, se assim for feito a oração que possui o significado de “em desfavor da mulher”, ficará dessa forma, “contra para a mulher”, mudando então o sentido da oração, contudo, se o verbo usado fosse “combater”, aí sim teria que usar crase obrigatoriamente, haja vista que é regido, dentre outras, pela preposição “a”, como na situação hipotética: “O combate à violência contra a mulher é importante”.

Imagem 10: Dia (do) Soldado



Fonte: Registro do autor, canal 6, Rede Amazônica, Programa BOM DIA AP, 20 de agosto de 2024.

A ocorrência envolvendo a linguagem na imagem 10, é, assim como a que notamos na 8, ou seja, problema na digitação do título da reportagem “Dia soldado”, enquanto deveria ser “Dia do soldado”, o próprio contexto da imagem mostra isso, com a presença de vários soldados atrás do repórter. A palavra soldado pode ser substantivo como em “O soldado veio cedo”, quanto verbo no particípio singular “O portão foi soldado ontem”. No uso pela reportagem, a classe gramatical mudou de substantivo para verbo, como se o dia tivesse sofrido a ação do verbo “soldar”, por isso a preposição “do” deveria estar no texto, a fim de evitar outra interpretação que não fosse o dia do soldado, conforme a imagem.

Imagem 11: 4ª Fase da Operação Vênus



Fonte: Registro do autor, canal 6, Rede Amazônica, Programa JAP 2, 27 de agosto de 2024.

Na imagem 11, o uso indevido da crase se dá pela simples falta de observação da regra mais elementar do tema, que é, uso de crase acontece, em palavras femininas, salvo poucas exceções, e a expressão “grupo criminoso” não faz parte de tais exceções, conforme descrevemos na seção 2 do presente trabalho. Vale lembrar que, nesse contexto, o uso ou não da crase não prejudica o entendimento da mensagem.

Imagem 12: Bem-vindo(a)...



Fonte: Registro do autor. Outdoor instalado na Rua Hildemar Maia, Bairro Santa Rita, em Macapá, 10 de out. 2024.

No caso da ocorrência da imagem 12, uma situação peculiar, no sentido de que, geralmente, as empresas conhecidas mantêm um cuidado com as informações, comunicações, textos divulgados e com seus produtos, principalmente alguns de circulação em várias regiões do país, como no caso da empresa mencionada acima. A ausência da “crase” em “Bem-vindo(a) a terra tucuju” demonstra o descumprimento da regra gramatical que preconiza o uso da crase quando estiver a palavra terra estiver especificada, no caso acima, “tucuju” é uma menção aos povos originários que viviam na capital amapaense.

Imagem 13: “Assistência” social



Fonte: Registro do autor, canal 6, Rede Amazônica, Programa BOM DIA AP, 31 de outubro de 2024.

Na figura 13, a ocorrência acontece em decorrência da ausência do acento circunflexo em “Assistencia”, que se torna obrigatório por ser uma palavra paroxítona terminada em ditongo crescente que deve ser acentuada, mesmo caso de “prepotência”, “onipotência”, dentre tantas outras.

Imagem 14: Violência doméstica



Fonte: Registro do autor, canal 6, Rede Amazônica, Programa BOM DIA AMZ, 31 de outubro de 2024.

No caso da imagem 14, mais uma vez a ocorrência se dá pela falta de crase na expressão “Em meio as agressões...”, a expressão adverbial é regida pela preposição “a” e a palavra “agressões”, assim como no seu singular, exige a preposição feminina “a” ou “as”, dessa forma, deveria ser “Em meio às agressões...”. O redator também poderia ter optado pelo singular, o que o desobrigaria do uso da crase, por exemplo: “Em meio a agressões...”. A diferença é que ao usar a crase na primeira expressão, o sentido é de que as agressões são específicas ao contrário da segunda expressão (sem o uso da crase), a mensagem é genérica.

Imagem 15: Combate aos crimes ambientais



Fonte: Registro do autor, canal 6, Rede Amazônica, Programa BOM DIA AMZ, 31 de outubro de 2024.

A ausência de crase obrigatória também ocorre na expressão “proteção a fauna silvestre” (imagem 15), a necessidade se faz por conta da palavra proteção exigir a preposição “a”, assim como “fauna silvestre” exige o artigo feminino no singular “a”. Na verdade, este exemplo é semelhante ao da imagem 7 relacionada ao substantivo “combate”. O verbo “realizar” solicita um complemento direto e indireto.

Figura 16: Obedeça “à” sinalização



Fonte: Registro do autor, placa de sinalização na rodovia entre Macapá e Santana, 15, dez. 2024

Baseado na informação de que quem obedece, obedece a alguém ou a alguma coisa, e a palavra sinalização exige o artigo feminino “a”, a placa de sinalização retratada na figura 16 está grafada incorretamente, faltando o uso da crase, devendo dessa forma, ficar: “Obedeça à sinalização”.

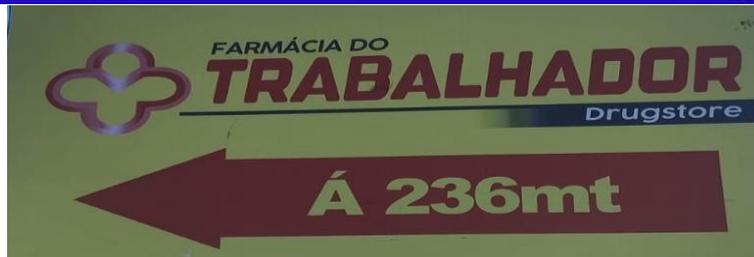
Figura 17: Da Zona Norte



Fonte: Registro do autor, *outdoor* na Rodovia Norte Sul, Macapá, 15, set. 2024.

Em alguns casos, como aqueles mencionados na imagem 15 e na figura 16, talvez a falta da crase não interfira tanto na mensagem a ser transmitida, aqui também não interfere no caso da figura 17, porém, o fato da norma ser objetiva no sentido de colocação da crase, faz com que o leitor perceba sua ausência, assim como nossos alunos questionam ao assistir nossas aulas e solicitar explicações sobre as divergências, constatando as vozes dissonantes entre a instrução formal e o mundo ao seu redor, o qual utiliza essa mesma língua.

Figura 18: Farmácia do trabalhador



Fonte: Registro do autor, placa de sinalização na Rodovia do Curiaú, Macapá, em 07, fev. 2025.

Outra ocorrência diferente encontrada foi notada no caso da figura 18, veja que além de não exigir o acento marcador de crase, por ser numeral masculino “236 mt”, a palavra “metro” está abreviada incorretamente, seria apenas “m” e o acento marcador de crase está sendo grafado pelo acento agudo, usado para marcar palavras com sílabas tônicas, como em “técnico”, “pé” etc. A solução seria retirar o acentoônico e o “t” da abreviação de “mt”, ficando apenas “A 236m”, bem simples.

Imagem 19: Motorista aguarde



Fonte: Registro do autor, placa de sinalização do semáforo no cruzamento da Av. José Tupinambá com rua Eliezer Levy, no bairro Laguinho, Macapá, em 08, fev. 2025.

Na figura 19, o que não é incomum em placas de informações de rodovias públicas tanto federais quanto estaduais e municipais, a falha se dá na grafia de uma palavra amplamente conhecida em cidades de médio e grande porte da atualidade, que é a existência de sinais eletrônicos de marcadores temporais para a ordenação de pessoas e automóveis no trânsito. Os chamados “Semáforos” a grafia, aqui, está “estranhamente” grafada “Semáfaro”, em vez de “Semáforo”. O problema de escrita identificado pode levar a população a um vício de linguagem a ser incorporado na fala das pessoas, causando dúvidas quando forem usar a palavra em alguma comunicação oficial e/ou mesmo informal. De modo geral, as pessoas tendem a tomar como exemplo o que costumam

ver, sobretudo quando se trata de placa informativa de trânsito, por isso, faz-se necessária atenção à língua portuguesa.

4 Análise dos dados obtidos: pensando a LP e o seu uso na sociedade

A Língua Portuguesa não é apenas a forma como nós, falantes de LP nos comunicamos, é também a forma como nós dizemos o grau de conhecimento que temos dela, que também usamos para a prestação de concursos públicos, realizar provas, interpretar textos, entender o mundo ao nosso redor, por isso, é de competência de todos os falantes “zelar” pelo uso desse instrumento tão essencial à existência em sociedade. Dessa forma, a obrigação dos órgãos públicos, como determina a “lei”, é seguir estritamente o que a lei autoriza e preconiza, considerando que a Língua Portuguesa é a língua oficial do país.

Os estudos gramaticais e, conseqüentemente, os professores mais rígidos/puristas quanto ao uso da língua, sofreram uma espécie de “ataque” pelo advento da linguística no ambiente acadêmico e com a questão do combate ao preconceito linguístico nos últimos tempos, portanto, criou-se toda uma campanha de leitura e interpretação de textos, dos contextos e um combate aos chamados “gramatiquinhos”, na perspectiva de valorização da linguagem que o aluno traz de casa. Para a linguística, a transmissão da informação, ou seja, se estabelecer a comunicação é que é o importante para os indivíduos e, dessa forma, a gramática passou a ser cobrada de forma indireta, bem como o seu ensino, por meio de leitura, escrita e interpretação de textos, deixando o estudo gramatical das normas em segundo plano, mas não ausente das aulas de língua portuguesa.

Diante desse contexto, a sociedade atual está vivendo o advento das redes sociais e a revolução da comunicação como um todo, em que o “internetês” e a linguagem das redes sociais, aliada à falta de hábitos de leitura e ao descaso do governo com a educação, produziram toda uma geração que não valoriza a sua língua materna, como se não houvesse normas. Assim, encontramos, com frequência, o surgimento de novas formas de palavras, uma transformação em que a gramática não incorpora e não assume como sendo padrões, isso ocorre pela falta de justificativa para sua existência, além da mera rapidez ao digitar a palavra, como, por exemplo, as reduções nas palavras utilizadas nas redes sociais como “qdo” (quando), “td” (tudo) e até o uso de *emojis* para se referir a “criança”, no sentido de “filho”, “meu filho”, ao invés de escrever colocam “meu” seguido de um *emoji* representando a face de um bebê ou do substantivo que se quer expressar, “mulher”, “casa”, “escola” e tantos outros.

Podemos dizer que, com essas transformações, a língua pode estar ameaçada, pois toda uma geração está sendo afetada por essas transformações das quais o sistema não aceita por serem passageiras e sem aparente contribuição para uma transformação ou evolução saudável da língua. Isso mesmo, a língua se transforma e evolui, mas é necessário que essa transformação e/ou evolução seja contributiva, saudável, também à evolução dos falantes dessa língua, em vez disso, temos um número cada vez mais reduzido de conhecedores de fato, da sua língua oficial, e um aumento de indivíduos que querem comunicar a qualquer custo e na maior velocidade possível para não perder espaço nos ambientes virtuais, como acontece com os chamados “influencers” e seus seguidores.

Essa circulação de conteúdos pelas redes sociais⁸ tem provocado, cada vez mais, o surgimento de uma massa de indivíduos que estão se afastando da leitura de um texto que poderemos chamar de convencional, já que é um texto de fato, como os gêneros: conto, poema, narrativa, crônica ou até mesmo uma reportagem de um veículo de imprensa qualquer, são textos que podem ser lidos em suporte digital, não estamos precisamente, mencionando textos impressos, o suporte aqui não vem ao caso.

É preciso lembrar também, que existem muitos “influencers” que também incentivam a leitura e a promovem, como os chamados “booktubers”, “bookgramers” e suas versões, contudo, nota-se também que muitas pessoas não usam tais “influencers” para lerem a obra por completo, ficam apenas com o conteúdo apresentado sobre a obra, uma vez que a comunicação tem de ser rápida para satisfazer a velocidade do desejo de se expressar, a fim de não perde tempo. O que ajuda, mas não é essencial, haja vista que o contato direto do leitor com a obra não aconteceu, em outras palavras, a linguagem da obra não foi usufruída diretamente pelo seguidor do influenciador virtual.

O contato direto com a leitura é condição *sine qua non* para que a linguagem seja vivida, vivenciada, experienciada pelo leitor e usuário de uma determinada língua, é esse hábito que o tornará cada vez mais eficiente em processos de escrita, leitura e interpretação de textos, do contrário, teremos meros espectadores defasados em leitura e em escrita.

As consequências disso tudo estão se mostrando cada vez mais a cada ano que o resultado do ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) é divulgado, o número de participantes que fecham a nota máxima em redação é cada vez menor, obviamente, percebe-se que é o resultado também de

⁸ Em trabalho intitulado “Ideologia: Volóchinov e sua presença na sociedade do século XXI” (Brasileiro, 2022), falamos sobre a interferência das redes sociais na leitura, escrita e interpretação de textos diversos. BRASILEIRO, Osmando Jesus. Língua Portuguesa e Mídia: reflexões sobre a norma e usos. In: Revista **Falas Breves**, no.14, Breves-PA, junho de 2025. ISSN 23581069

uma geração que está se comunicando cada vez mais, e tendo cada vez menos conteúdo significativo e relevante para comunicar.

Ainda vemos o reflexo na baixa qualidade de candidatos em concursos públicos e processos seletivos diversos, o fato de saber ler e interpretar com qualidade é fundamental em toda e qualquer prova, as questões são todas escritas em uma linguagem padrão à qual a maior parte dos participantes de tais avaliações não estão acostumados.

O ensino da gramática, ao se tornar periférico, por conta de seu aprendizado se dar indiretamente em forma de leitura e interpretação de texto falhou, pois ao mesmo tempo em que se deixou de ensinar a gramática vinculada à norma, não se ampliou a leitura, tampouco o contato efetivo com a língua para suprir a falta do estudo gramatical, porém, os sistemas de avaliação, desde o ENEM até provas em geral, continuam cobrando esse conhecimento, gerando altos índices de reprovação e sensação de incapacidade diante da realização de provas em que candidatos desconhecem o básico da língua que falamos e suas interpretações.

5 Considerações finais

O nosso objetivo foi o de refletir sobre os usos da língua portuguesa padrão, suas transformações e os reflexos e consequências de uso em desacordos com os padrões gramaticais na realidade prática desse usuário da língua, como por exemplo, o baixo rendimento em avaliações, sejam elas oficiais ou não, como ENEM, provas de concursos, simulados e processos seletivos em geral, para empresas públicas e/ou privadas, os quais requerem o conhecimento da norma e suas variações.

Observamos que o processo da escrita, da leitura, da interpretação e da compreensão de textos é influenciado pela falta de conhecimento das normas da Língua Portuguesa, ocasionando certo déficit na qualidade da interpretação e obtenção de informações a partir da leitura de um texto para dar resposta a um questionamento qualquer. O que nos levou a continuar acreditando na máxima popular anônima que diz: “Quem não ler: mal ouve, mal fala, mal ver”, uma vez que a condição para uma leitura, compreensão e interpretação eficientes é o próprio hábito da leitura.

Pudemos também perceber que muita coisa ainda pode ser dita sobre o tema em questão, contudo, parece-nos, enquanto professor e usuário da língua, que devemos enfatizar muito mais em diminuir a deturpação da ideia de inclusão linguística como exclusão da gramática e considerar a

variedade linguística, promovendo o respeito e a aceitação das formas de falar, sem descuidar da leitura constante e do estudo gramatical. Ambas podem caminhar juntas.

O ensino da Língua Portuguesa vai muito além da mera decodificação de textos, é necessária sua interpretação e compreensão em todos os seus aspectos fonético-fonológicos, morfossintáticos, semânticos, discursivo-pragmáticos e estilísticos, bem como lançar mão de ferramentas, constantemente, que possibilitem ao professor e ao aluno a transformação, para melhor, de processos exitosos de ensino-aprendizagem dessa língua que chamamos de “materna”.

Referências

BARTHES, Roland. A Morte do Autor. *In: O Rumor da Língua*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. 37. ed. Rev. e ampl. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

CLUBE DO PORTUGUÊS. **A mão X à mão: qual a forma correta?** <https://www.clubedoportugues.com.br/a-mao-x-a-mao-qual-a-forma-correta/>. Acesso em: 09 mar. 2025.

FARACO e MOURA, Carlos Emílio e Francisco Marto de. **Gramática: fonética e fonologia, morfologia, sintaxe, estilística**. 9. ed. São Paulo: Ática, 1996.

BRASILEIRO, Osmando Jesus. “Ideologia: Volóchinov e sua presença na sociedade do século XXI”. *In: JESUS, Sérgio Nunes de e FERRAREZI JUNIOR, Celso. Pilares da Teoria Dialógica do Discurso: a obra de Valentin Volóchinov (da década de 1920 aos dias atuais)*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2022. 404p. (p.79-100).